

Senado pode votar hoje MP do salário mínimo

Página 7

PERSONAGENS DA CRISE DEPÕEM NESTA SEMANA

Em reuniões simultâneas, as CPIs do Mensalão, dos Correios e dos Bingos ouvem protagonistas de denúncias de corrupção, como o empresário Marcos Valério e o ex-assessor Waldomiro Diniz

Agosto, 2005

Terça-feira, 9

Mensalão



Márcio Kalume

O publicitário Marcos Valério, sócio das agências de publicidade DNA e SMP&B, fala hoje à CPI do Mensalão

Correios



Gerardo Magela

Cristiano Paz, sócio de Valério, também depõe, só que em outra CPI, a dos Correios, presidida por Delcídio (E)

Bingos



J. Freitas

Agenda cheia na CPI dos Bingos, que ouve hoje Rogério Buratti, José Luiz do Amaral Quintans e Enrico Gianelli

Quarta-feira, 10

Correios



Célio Azevedo

Zilmar Fernandes da Silva, sócia do publicitário Duda Mendonça, explica à CPI dos Correios relações com Valério

Bingos



J. Freitas

A CPI dos Bingos ouve Marcelo Coelho Aguiar e Walter Santos Neto, sócios da empresa MM Consultoria Jurídica

Mensalão



Célio Azevedo

Após depor na CPI dos Correios, Cristiano Paz fala à CPI do Mensalão, presidida por Amir Lando (E)

Quinta-feira, 11

Bingos



Felipe Varanda/Folha Imagem

Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, fala à CPI dos Bingos sobre denúncia de corrupção na Loterj

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, afirmou ontem que estão sendo levantadas as provas existentes contra cada um dos 18 parlamentares citados como envolvidos em corrupção, para que esses documentos sejam encaminhados ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Ao comentar declarações de membros da CPI dos Correios sobre a elaboração de uma lista de 18 parlamentares com provas de envolvimento em corrupção, a ser protocolada no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, o líder do governo, Aloizio Mercadante, disse não concordar com o encaminhamento das acusações sem que todos os deputados apontados sejam ouvidos na comissão. "CPI não é tribunal de exceção. Sem direito de defesa, não há justiça. Não há processo sem que o réu possa se defender. Não há justiça sem o contraditório", avaliou o senador.



ESPERANÇA Agripino afirma que seriam necessários investimentos da ordem de US\$ 600 milhões

Agripino quer RN produzindo PVC e soda cáustica

O senador José Agripino (PFL-RN) lamentou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha escolhido o estado de Pernambuco para sediar uma refinaria da Petrobras. Ele reivindicou uma contrapartida do governo para o seu estado, sugerindo a construção de um pólo químico para produção de PVC – matéria-prima do plástico – e de soda cáustica, a partir do gás natural e da transformação de sal em cloro.

Segundo o senador, com a capacidade de tratamento de gás natural do município de Guamaré (RN), que é de 4,5 milhões de metros cúbicos por dia, seria possível extrair etano suficiente para, misturado com cloro – do sal de Macau (RN) –, resultar na produção de PVC. As necessidades energéticas seriam supridas com a entrada em funcionamento, em 2006, da usina termelétrica da Petrobras (Termoassu), no município de Alto do Rodrigues.

Seria necessário investimento, segundo Agripino, de cerca de US\$ 600 milhões. Ele lembrou que o Brasil é grande importador de plástico e que o empreendimento seria um grande negócio para a Petrobras e para o país.

Agenda

Votação do novo mínimo e homenagem a *O Globo*



Às 12h, o Plenário comemora, em sessão solene, os 80 anos do jornal *O Globo*, por iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, e de outros senadores. Às 14h, começa a sessão ordinária, que discute medidas provisórias, como a

que reajustou o mínimo para R\$ 300 (MP 248/05). O presidente do Senado acompanha ainda as atividades da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas e tem audiências com parlamentares e com a vice-presidente da Espanha, Maria Teresa Fernández.

Dívidas do crédito rural

Está prevista para as 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a votação, em turno suplementar, da norma que estabelece o alongamento das dívidas contraídas em operações de crédito rural (PLS

517/03). Às 10h30, a Comissão de Educação (CE) elege o novo presidente do colegiado. Em seguida, discute o projeto que modifica a Lei de Radiodifusão Comunitária (PLS 575/99).



Depoimentos na CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos reúne-se às 11h30 para ouvir Rogério Buratti, que, de acordo com denúncias,

participou da cobrança de propina que Waldomiro Diniz teria feito à Gtech para renovar

contrato com a Caixa Econômica. Serão ouvidos ainda Enrico Gianelli e José Luiz do Amaral.



Marcos Valério e sócio explicam repasses

O empresário Marcos Valério (foto) volta ao Congresso para falar à CPI do Mensalão, às 11h30 de hoje, mesmo horário em que a CPI dos Correios vai ouvir o sócio de Valério, Cristiano Paz.

As agências de publicidade dos dois repassaram recursos para pessoas ligadas a parlamentares, além de estarem sob suspeita de superfaturamento de contratos com estatais.

Renan e Bornhausen discutem reforma política

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, reúne-se hoje, a partir das 11h, com o presidente do PFL, senador

Jorge Bornhausen (SC). Os dois senadores deverão discutir temas relacionados à reforma política, uma das prioridades

do presidente da Casa. O encontro será realizado na sala de audiências da Presidência do Senado.

Avisos do TCU e LDO

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vota, às 11h30, cerca de 20 avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas pela instituição nas contas de obras públicas e de órgãos da administração. Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006.

Semana de Valorização

Transferida para os dias 17 a 23 de outubro a Semana de Valorização das Pessoas com Deficiência, marcada inicialmente para esta semana. Organizado pelo Senado, o evento terá um seminário no Interlegis, com a participação em videoconferência de assembleias legislativas, a exposição *Cores do Silêncio*, mostra de arte e lançamentos de livros. Mais informações no site www.interlegis.gov.br.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



CONSEQÜÊNCIA Alvaro Dias associa a escassa liberação de recursos à crise política e à austeridade fiscal

Alvaro Dias critica falta de investimentos

A falta de investimento público por parte do governo foi tema de discurso, ontem, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Segundo ele, apenas 4% dos recursos aprovados pelo Congresso para 2005 foram executados até agora – ou seja, de um total de R\$ 21,2 bilhões para este ano, somente R\$ 853,6 milhões foram pagos até julho. Alvaro Dias também associou a escassa liberação de recursos à crise política e à austeridade fiscal.

– A crise tem levado a equipe econômica a assumir uma postura ainda mais conservadora do que a que vinha adotando, o que resulta na acumulação de superávit primário muito acima do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Até junho, o superávit primário acumulado neste ano estava em R\$ 60 bilhões, o equivalente a 6,4% do produto interno bruto (PIB) – afirmou. O parlamentar citou o programa de manutenção da malha rodoviária federal, cujo orçamento livre de contingenciamento seria de R\$ 2 bilhões, mas cuja execução até julho teria sido de apenas R\$ 159,3 milhões – cerca de 8% daquele valor.

Alvaro Dias criticou ainda afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto ao desempenho de seu governo.

– O presidente destaca feitos que não foram realizados em sua gestão. Foi o que ocorreu hoje (ontem), quando afirmou que seu governo vem promovendo avanços na educação, que teria estado paralisada em governos anteriores – declarou o senador. Segundo Alvaro Dias, o governo investiu no setor, em 2003 e 2004, respectivamente, R\$ 16,7 bilhões e R\$ 15,6 bilhões. Mas o governo Fernando Henrique Cardoso teria investido, em 2000, 2001 e 2002, respectivamente, R\$ 19,19 bilhões, R\$ 19,06 bilhões e R\$ 19,08 bilhões.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



CPI do Mensalão toma hoje, a partir das 11h30, depoimento de Marcos Valério, apontado como operador de um esquema de pagamento de "mesada" a deputados. Já a CPI dos Correios vai ouvir, no mesmo horário, Cristiano Paz, sócio do empresário



ATIVAS Além de Marcos Valério, acusado de operar o esquema de pagamento de propinas, a CPI do Mensalão ouve seu sócio Cristiano Paz

Marcos Valério será ouvido hoje pela CPI do Mensalão

A CPI do Mensalão deve ouvir hoje, a partir das 11h30, o empresário Marcos Valério, acusado de operar o pagamento de mesada a parlamentares. Amanhã, também às 11h30, será a vez de seu sócio, Cristiano Paz. Esses são os únicos depoimentos da CPI marcados para esta semana.

Marcos Valério deporá amparado por *habeas corpus* que impede que seja decretada sua prisão durante o depoimento.

O advogado do empresário, Marcelo Leonardo, também representa Cristiano Paz, e está pleiteando um *habeas corpus* para protegê-lo, pois ainda é incerto se ele deporá como investigado ou testemunha.

O presidente da comissão, se-

nador Amir Lando (PMDB-RO), enviou ofício para o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), na sexta-feira, solicitando cópia dos documentos recebidos pela comissão ou acesso a eles.

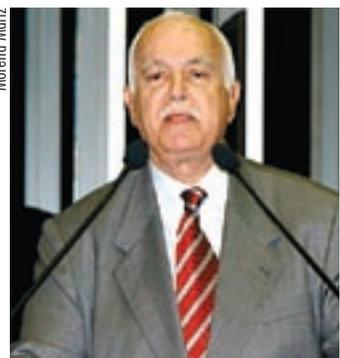
Segundo Amir Lando, apesar das declarações do relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), de que o acesso à documentação está assegurado à CPI do Mensalão, na prática isso não ocorreu.

O senador deu prazo até hoje, antes de proceder à duplicação dos passos junto à Polícia Federal, ao Banco Central e ao Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de receber os mesmos documentos.

ACM afirma que governo humilha os militares

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a política externa do governo federal e seu objetivo, agora frustrado, de conquistar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Para o parlamentar, trata-se da "pior política que existe". Ele também declarou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva humilha os militares com o reajuste de 13% que vai lhes conceder.

– Recentemente, Lula deu ao Judiciário um reajuste de 21%, com efeitos retroativos, e vai lhe dar outro de 10% em agosto de 2006 – afirmou Antonio Carlos, ressaltando que "tanto o presidente quanto



PROMESSA Antonio Carlos afirma que Lula havia se comprometido a conceder um reajuste de 23%

o ministro da Defesa, que também é vice-presidente, tinham um compromisso com os militares de lhes dar um aumento de 23%".

O senador disse que, "às vezes, há o propósito de humilhar os militares para enfraquecê-los cada vez mais, de modo que o Movimento dos Sem Terra possa trabalhar mais à vontade, com as desordens no campo.

Mercadante quer ampla defesa de acusado em CPI

Ao comentar declarações de integrantes da CPI dos Correios sobre a elaboração de uma lista de 18 deputados com provas de envolvimento em corrupção, a ser protocolada no Conselho de Ética da Câmara, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse não concordar com o encaminhamento das acusações sem que todos os apontados sejam ouvidos na comissão.

– CPI não é tribunal de exceção. Sem direito de defesa, não há justiça. Não há processo sem que o réu possa se defender. Não há justiça sem o contraditório.

Mercadante fez ainda um apelo para que se crie nos próximos dez dias uma comissão mista do Congresso Nacional



EXAÇÃO Mercadante diz que "CPI não é tribunal de exceção" e que sem contraditório não há justiça

para formular um projeto comum de reforma política. Ele advertiu que, se a emenda não for promulgada até o próximo dia 3 de outubro, ela não valerá para as eleições de 2006.

Serraglio: há vários tipos de punição para os envolvidos

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), informou ontem, em entrevista, que estão sendo levantadas as provas existentes contra cada um dos 18 parlamentares citados como envolvidos em corrupção para que esses documentos sejam encaminhados ao Conselho de Ética da Câmara. Ele esclareceu que não se trata necessariamente de processos de cassação e que há várias possibilidades de punição, além da perda de mandato. A análise das provas e o julgamento das punições ficarão a cargo do conselho.

Serraglio contou que ao longo

desta semana deverá compilar as provas relacionadas à suposta existência do "mensalão" e enviar esses documentos para a CPI que analisa o assunto. Depois disso, a CPI dos Correios deverá ater-se às investigações sobre corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Ética

O relator também destacou que "historicamente nunca se ouviu falar de tantos parlamentares envolvidos em uma mesma denúncia" e, portanto, não sabe que procedimentos o conselho adotará.

– A depuração é necessária. É

O senador petista se manifestou contrário à proposta de reforma que está em tramitação na Câmara dos Deputados. A seu ver, ser for acolhida, os atuais ocupantes de mandatos "encabeçariam" a lista de eleitos, impedindo a renovação dos parlamentares. Ele também se declarou contrário ao financiamento público exclusivo de campanhas, mas defendeu a fidelidade partidária e o barateamento das campanhas.

– O fundamental é baratear: fazer os programas ao vivo, acabar com "showmício", com churrasco, com distribuição de camisetas e brindes, padronizar a propaganda. O objetivo da reforma é libertar os partidos de práticas ilícitas que se reproduzem Brasil afora.



SANÇÃO Relator Osmar Serraglio lembra que cassação não é a única pena que pode ser aplicada

o que a população espera.

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) vai sugerir que os presidentes de todos os partidos apresentem ao Conselho de Ética da Câmara representações contra os parlamentares em relação aos quais haja provas consistentes.

Sócios de Valério e Duda Mendonça depõem

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios tomará hoje o depoimento de Cristiano Paz, sócio do empresário Marcos Valério, acusado de operar o "mensalão". Zilmar Fernandes, sócia do publicitário Duda Mendonça, deporá amanhã na CPI. Ambas as reuniões da comissão devem

começar às 11h30.

Sobre o depoimento de Zilmar Fernandes, a expectativa, segundo Serraglio, é esclarecer se as empresas de Duda Mendonça receberam mais recursos do governo do que os documentados e pagos oficialmente. Marcos Valério e a diretora financeira da

SMP&B, Simone Vasconcelos, disseram que a sócia de Duda Mendonça recebeu mais de R\$ 15,5 milhões. Os parlamentares também querem saber se o policial Davi Rodrigues Alves, que depôs na semana passada, entregava dinheiro a Zilmar. Davi negou esse fato em seu depoimento.



Ideli afirma que, mesmo com a crise, máquina do Executivo continua funcionando; Papaléo defende punição dos envolvidos em corrupção; Suassuna pede desburocratização das campanhas; líderes da base governista discutem atribuições de CPIs

Ideli cobra a votação de pauta de interesse do país

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), reforçando palavras do presidente Lula no programa radiofônico *Café com o Presidente*, de ontem, apelou para que a apuração das denúncias de corrupção seja feita de maneira célere, eficiente e aprofundada, e os culpados, punidos.

De acordo com a senadora, Lula observou que a investigação não pode impedir o andamento das demais ações do Executivo, com a implementação de programas e a realização de obras, e do Legislativo, com a aprovação de matérias importantes para o país.

Ideli salientou que, "de sua parte, o presidente tem se dedicado a isso, colocando a máqui-



Roosevelt Pinheiro

AGENDA Ideli diz que apuração não pode paralisar o Legislativo e apela ao presidente do Senado

na para funcionar e praticando vários atos". Ela destacou que a ampliação da oferta de educação pública gratuita de terceiro grau, aliada ao ProUni,

tem importância estratégica. A senadora também considerou essencial o programa do biodiesel, que, além de aumentar o superávit comercial, utiliza mão-de-obra do semi-árido nordestino. Ressaltou ainda o aporte de R\$ 9 bilhões ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

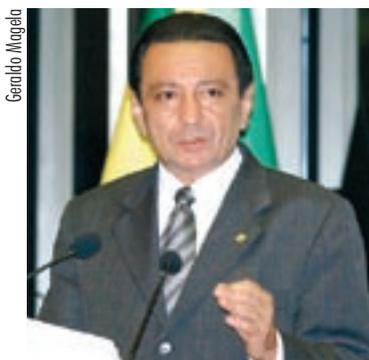
Ideli fez apelo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que o Congresso realize a atividade legislativa em dias e horas diferentes dos das CPIs. Ela citou, entre as matérias que aguardam votação, o projeto das micro e pequenas empresas, a regulamentação das agências reguladoras e a complementação das reformas tributária e do Judiciário.

Papaléo: acordo para salvar mandato é imoral

Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu a aprovação da proposta de emenda constitucional de sua autoria que extingue a possibilidade de o governo editar medidas provisórias. O senador também apelou para que o Congresso Nacional continue funcionando normalmente durante a crise política e pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que encaminhe as votações.

– Não podemos ficar à mercê do Poder Executivo. As medidas provisórias são responsáveis pela paralisação nefasta do Congresso – afirmou ele, em defesa de sua proposta (PEC 47/04).

Ao comentar a crise política



Gerardo Magela

PUNIÇÃO Papaléo afirma que nem mesmo os que tiveram "biografia notória" devem ser poupados

e o trabalho das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que estão em atividade no Congresso Nacional, Papaléo enfatizou que não se pode

procurar beneficiar nenhum dos envolvidos, mesmo aqueles que tiverem "biografia notória". Para o parlamentar, acordos que possam poupar algumas pessoas são "inadmissíveis e imorais".

O senador frisou que os empréstimos levantados pelo empresário Marcos Valério na rede bancária e repassados ao PT não seguiram os trâmites normais, já que foram feitos sem garantias sólidas. Papaléo acrescentou que não se pode admitir a justificativa de que esses valores foram utilizados em gastos de campanha não contabilizados, "como se isso fosse legal".

ala autêntica do partido.

Citando artigo publicado por Leonel Brizola em 2003, intitulado "A fraude de Nelson Jobim", sobre a revelação de que o ministro teria participado de uma fraude para introduzir no texto constitucional dispositivos que não foram votados na Constituinte, Mão Santa opinou que a crise de credibilidade não atinge apenas o Legislativo e o Executivo. A seu ver, ela chega também ao Judiciário.



Roosevelt Pinheiro

REAÇÃO Mão Santa (foto) comenta notícia de que nome de Nelson Jobim estaria cotado no PMDB

PI) sugeriu que a legenda saia com um candidato que represente o que considera a

Suassuna prega mudanças no processo eleitoral

Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a desburocratização do processo eleitoral, para que se torne mais simples e mais justo. Diante do escândalo do chamado caixa dois, o parlamentar mencionou os gastos que os candidatos têm hoje para financiar suas campanhas e apontou alternativas.

– Talvez tenhamos que fazer santinhos padronizados e programas ao vivo, em vez de gravações; talvez devamos proibir ou limitar os *outdoors*, proibir as camisas, os bonés. Tudo isso tem que ser pensado rapidamente – salientou.

Suassuna sugeriu à Mesa do Senado que determine que os líderes de cada partido se reúnam e façam uma agenda visando "homogeneizar o processo".

Em aparte, o senador Mão



Gerardo Magela

SAÍDA Suassuna sugere "santinhos padronizados" e programas ao vivo para reduzir despesa de campanha

Santa (PMDB-PI) conclamou Suassuna a incentivar o PMDB a lançar candidato próprio para a Presidência da República em 2006. Os senadores Papaléo Paes (PMDB-AP) e Sibá Machado (PT-AC), também aparteados, concordaram com a tese a respeito de um novo modelo de campanha eleitoral.

Base debate tarefas das CPIs dos Correios e do Mensalão

O líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), afirmou que as CPIs dos Correios e do Mensalão vêm apresentando "uma certa rivalidade" e informou que as lideranças da base do governo decidiram se reunir hoje para discutir o problema e tentar uma solução.

– Há uma certa rivalidade. A CPI dos Correios não quer afrouxar nos assuntos ou denúncias que seriam da CPI dos Mensalões. Vamos discutir para evitar que o problema cresça a ponto de trazer consequências para o próprio Congresso.

Suassuna advertiu que, caso não haja uma clara delimitação nos trabalhos de cada CPI, poderá ocorrer dificuldade na votação das recomendações das CPIs nos plenários da Câmara e do Senado. Informou que, tomada uma decisão pela base governista, a questão deverá ser discutida com os dirigentes das comissões de investigação, para depois serem votadas pelos integran-

tes das CPIs, onde o governo tem maioria.

– Não se trata de limitar nenhuma investigação. Não há mais nenhuma possibilidade de *pizza*. Já caiu um deputado e pode cair mais um punhado. O que temos é um problema concreto que pode se avolumar a partir de agora – insistiu o líder peemedebista. Disse ainda que a reunião terá a presença de líderes na Câmara e no Senado.

Suassuna informou que alguns parlamentares já lhe disseram que vão recorrer à Justiça se a CPI dos Correios começar a avançar nos assuntos que seriam da competência da CPI do Mensalão.

Questionado se ainda existe a possibilidade de fusão da CPI dos Correios com a CPI do Mensalão, o líder do PMDB opinou que "talvez hoje seja esse um caminho mais aceitável do que há dois meses". Em junho, houve uma tentativa de acordo de fusão, proposta pelo PSDB, mas rejeitada pela base do governo.

Mão Santa quer candidato da ala autêntica

Ao comentar informação da revista *Veja* desta semana, na coluna Holofote, de que o nome do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, está sendo cotado para candidato do PMDB à Presidência da República, o senador Mão Santa (PMDB-



Presidente do PFL afirma que o governo tem de esclarecer a população sobre denúncias de corrupção envolvendo parlamentares e funcionários do PT e do PL. Segundo José Jorge, o presidente da República precisa parar de fazer campanha com vistas a 2006



MUDANÇA Sibá Machado se declara favorável ao financiamento público das campanhas eleitorais

Sibá Machado analisa reforma política e CPIs

A reforma política e o andamento das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que investigam denúncias de corrupção envolvendo o governo federal e parlamentares aliados foram analisados pelo senador Sibá Machado (PT-AC). Contrário à proposta de mudança do regime de governo (de presidencialismo para parlamentarismo) como saída para coibir irregularidades na prática política, o petista considera, entretanto, o momento de crise ideal para realizar ajustes na legislação eleitoral.

– Se o Senado quer votar matérias importantes da reforma política a tempo de ver as regras aplicadas nas eleições de 2006, é preciso assumir suas responsabilidades – cobrou.

Ele defende a coincidência das eleições e dos mandatos federais, estaduais e municipais em todo o país, objeto de proposta de emenda à Constituição (PEC 20/04) de sua autoria. Também é a favor do financiamento público de campanha calcado na uniformização e simplificação do formato dos programas eleitorais gratuitos.

Em relação às comissões de inquérito, Sibá disse ter percebido uma certa indisposição entre os integrantes das CPIs dos Correios e do Mensalão, atribuída a possível superposição de iniciativas. Como a CPI dos Correios já está mais adiantada nas investigações, e teria coletado provas suficientes para pedir a cassação de mandato de 18 parlamentares, o senador pelo Acre pediu prioridade para a conclusão de seus trabalhos.

Para Bornhausen, Lula e Alencar devem explicações

“O presidente da República não pode e não tem o direito de ficar omissivo”, disse o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) ontem em Plenário. Para ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente da República, José Alencar, devem esclarecer a população e o Congresso em virtude das denúncias da existência de esquemas de corrupção envolvendo parlamentares e funcionários do Partido Liberal (PL) e do Partido dos Trabalhadores (PT), legendas de Alencar e Lula.

Na opinião de Bornhausen, presidente nacional do PFL, a atual “crise moral” do governo começou em fevereiro de 2004, quando o então subchefe da Casa Civil Waldomiro Diniz foi visto em vídeo pedindo propina ao empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. À época, afirmou Bornhausen, o Executivo, com a colaboração da base aliada no Congresso, “preferiu abafar” o caso. Entretanto, lembrou o senador, em maio de 2005, o chefe de departamento dos Correios,



INÉRCIA Jorge Bornhausen diz que o governo deveria ter atacado a corrupção desde o episódio Waldomiro

Maurício Marinho, também foi flagrado em gravações “detalhando falcatruas” na estatal. Assim, destacou Bornhausen, o governo não conseguiu mais impedir as investigações sobre “as quadrilhas que circulavam em todos os setores do governo”.

O parlamentar acredita que, mesmo com a instalação das comissões de inquérito do Mensalão e dos Correios, ainda há muito o que investigar e muitos a serem punidos. Entre eles, “as nefastas figuras” de Delúbio

José Jorge apela para que presidente volte a governar

O senador José Jorge (PFL-PE) fez um apelo ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que volte a governar em vez de ficar percorrendo o país em campanha. O senador discordou da afirmação feita por Lula, no programa radiofônico semanal *Café com o Presidente*, de que está viajando para inaugurar obras. Para José Jorge, o presidente está utilizando essas viagens para fazer comícios eleitorais, a exemplo do que ocorreu em Pernambuco na semana passada. Ele observou que na sexta-feira entregou uma representação na Procuradoria Geral da República para barrar esse tipo de artifício político.

Segundo o parlamentar, a imobilidade do governo é fla-

grante. Até agora o Executivo só conseguiu realizar apenas 4% do Orçamento de 2005, aprovado pelo Congresso Nacional. Entre as obras paralisadas, José Jorge citou o saneamento ambiental urbano, habitação de interesse social, rede de restaurantes populares e conservação e construção de estradas.

O senador lembrou também que a maior parte das proposições entregues pelos empresários ao presidente na semana passada, para compor uma agenda mínima que viabilize o desenvolvimento econômico no país, está na Câmara para ser votada ou paralisada no Executivo.

– Nenhuma proposta se encontra no Senado. A Casa está trabalhando e ainda conta

Soares, Sílvio Pereira e Marcos Valério. Bornhausen cobrou investigações também em estatais e órgãos como o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Furnas e Eletronorte.

– As investigações não terminaram, mas já trouxeram graves e fortes revelações. É uma corrupção institucionalizada, que atinge todo o governo e entra no Congresso por meio da figura do “mensalão”. Temos que caminhar muito para desvendar os esquemas de um governo incompetente como o governo Lula – opinou o senador.

Bornhausen disse que o PFL, do qual é presidente nacional, não vai aceitar acordos nem convênios que tenham como objetivo abrandar as investigações. Ele afirmou que José Alencar deve explicar sobre o envolvimento do PL nos escândalos e o presidente Lula sobre a razão dos empréstimos pessoais junto ao PT.

– Fazemos uma oposição responsável e fiscalizadora, queremos explicações claras – concluiu Bornhausen.



ATAQUE José Jorge afirma que entrou com representação na Procuradoria Geral contra Lula

com três CPIs funcionando. A sensação de que o país está parado é mais por falta de iniciativa do Executivo do que por problemas no Congresso – afirmou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) apoiou o discurso de José Jorge criticando Lula. Já o senador Sibá Machado (PT-AC) se contrapôs a José Jorge, ao dizer que o presidente precisa estar em contato com o povo.



FISCALIZAÇÃO Heráclito Fortes quer saber quais fundos públicos já foram submetidos a auditoria

Heráclito vai inquirir CGU sobre fundos de pensão

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) adiantou que irá enviar requerimento de informações à Controladoria Geral da União (CGU) para saber quais fundos de pensão públicos já foram submetidos a auditoria e os resultados obtidos nesse processo. A intenção foi revelada depois que o senador rebateu críticas que teriam sido feitas pelo secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Adacir Reis, à derrubada, no Senado, da Medida Provisória 233/04, que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Em entrevista à imprensa, Adacir Reis teria culpado a oposição no Senado, segundo Heráclito, pela não aprovação da MP 233/04, avaliada por ele como a “redenção” da fiscalização de sua secretaria nos fundos de pensão. O pefelista sustentou que não foram os opositores que inviabilizaram a aprovação, mas a falta de quórum em Plenário.

– Os parlamentares aliados nem sequer acreditaram nela (MP 233/04), e com justa razão. A MP criava mais de 600 cargos, muitos deles sem nada a ver com a Superintendência de Previdência Complementar; dava superpoderes ao seu superintendente, escolhido pelo ministro da Previdência; e determinava que os recursos não seriam contingenciados – comentou.

Heráclito classificou de “inadequadas” as declarações de Adacir Reis sobre o Senado e disse que cabia ao secretário ter-se articulado com a base parlamentar governista para convencê-la da importância da matéria e, assim, garantir a aprovação.



Virgílio estranha comportamento do PT em relação a Delúbio Soares e Sílvio Pereira; Simon apela a Renan para que conduza entendimentos sobre reforma política; Cristovam analisa razões da crise e Efraim pede a Lula "que desça do palanque"

Cristovam: Lula deixou de ser Mandela para ser Walesa

Cristovam Buarque (PT-DF) disse ontem que vários erros conduziram o PT e o governo Lula à atual crise. Na área do comportamento, a arrogância, o deslumbramento e a perda da capacidade de se indignar. No campo político, a reeleição que transformou Lula em candidato já no seu primeiro dia de presidente; a falta de bases para estabelecer alianças; e a decisão de tratar os partidos aliados como se fossem tendências de um mesmo partido.

O senador afirmou que estava evitando se pronunciar da tribuna por não estar encontrando argumentos para defender o governo nem sentir necessidade de repetir as críticas da oposição. O depoimento do ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados o fez mudar de idéia.



PAPEL Cristovam observa que Lula não percebeu que deveria fazer no Brasil a revolução da educação

– Senti como se minha geração, a dos jovens de esquerda de 1968, estivesse sendo julgada. José Dirceu estava ali como testemunha; mas, ao olhar de todos, ele era réu. E eu me perguntei “por quê”? Onde erramos?

Segundo o senador, ele pen-

sou em compartilhar seus sentimentos sobretudo com os jovens que dedicam esforços à luta para mudar o Brasil.

Cristovam disse que o governo não se preocupou em tentar estabelecer uma diferença com o modelo que vinha sendo implementado no país. Essa diferença seria utilizar a educação como instrumento libertário.

– Lula não viu que Mandela [ex-presidente sul-africano] fez uma revolução sem precisar mexer na política econômica, ao garantir que brancos e negros podem andar na mesma calçada. E que seu papel seria fazer no Brasil a revolução que garantisse que pobres e brancos frequentassem escolas com a mesma qualidade. E Lula deixou de ser Mandela para ser Lech Walesa [sindicalista polonês que chegou à Presidência] – comparou Cristovam.

Simon propõe reforma política sem "acordão"

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a reforma política e ressaltou que o entendimento necessário deveria ser encampado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Na sua opinião, é possível fazer a reforma, sem “acordão” e com a continuidade das CPIs, chegando a um entendimento sobre as mudanças possíveis. O senador defendeu o financiamento público de campanha, que, segundo ele, já estava previsto em projeto de sua autoria (PLS 141/97, apensado a outros projetos e enviado à Câmara), que teria sido bastante criticado anteriormente.

– Está provado que toda corrupção na vida pública começa na campanha política. É preciso encontrar uma fórmula que a limite, como por exemplo sua duração não ser superior a 90 dias, dinheiro público igual para todos, a criação da fidelidade partidária e a cláusula de barreira, pois não podemos ter 30 partidos que se vendem a cada eleição – disse o senador.

Simon criticou a lista fechada,



CAUSA "Toda corrupção na vida pública começa na campanha política", adverte Pedro Simon

que daria preferência aos atuais parlamentares, que seriam os primeiros da lista partidária, e as campanhas de televisão, que representariam, de acordo com ele, mais de 60% dos gastos de campanha. Para o senador, a campanha na TV deveria ser ao vivo, para que o candidato falasse, e o povo visse quem ele é de fato. O parlamentar criticou o troca-troca de partidos, em que “mais de cem parlamentares” teriam entrado para o PTB, PP e PL, patrocinados pelo PT.

– A fidelidade partidária é fundamental. É preciso ter cuidado

para processar os envolvidos e, se alguns renunciarem antes, o procurador-geral da República deve tomar as providências para que a CPI não termine em *pizza* – argumentou. Simon lembrou que, se a CPI dos Bingos tivesse sido criada há dois anos, não estaria ocorrendo a atual crise política e que, se não fosse o Supremo Tribunal Federal, o governo teria impedido a criação das outras duas CPIs – dos Bingos e do Mensalão.

– Não pode haver acordão sem entrar nos fundos de pensão e outras instituições, para saber de onde veio o dinheiro.

Ao anunciar que pretende se candidatar ao Senado em 2006, Simon afirmou que a agenda positiva é fazer as reformas necessárias para que se possa participar das eleições do ano que vem “com tranquilidade”.

O senador criticou a postura do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, de, ao receber os pedidos de processo contra parlamentares, pretender que eles sejam analisados pelo Conselho de Ética “um a um”.



ADVERTÊNCIA Segundo Efraim, Lula precisa "cair na real ou seu mandato pode ficar comprometido"

Efraim aponta "escapismo" do presidente

Ao ler em Plenário trechos de artigo escrito pelo ex-petista César Benjamin, publicado no último domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Efraim Morais (PFL-PB) lamentou a atitude do presidente Lula diante da atual crise, classificando-a de “escapista”.

– Desça do palanque, presidente. A eleição está longe. Caia na real ou o seu mandato pode ficar comprometido – apelou o senador.

Para Efraim, ao falar de elites golpistas, o presidente mostra má-fé ou desconexão com a realidade; ao dizer-se o mais virtuoso cidadão brasileiro,

mostra a perda do senso de ridículo; quando afirma não ter sabido de nada, ou mente ou apresenta-se como inepto; e, ao procurar desvincular-se do PT, comete deslealdade.

O senador argumentou que o “instinto predatório” do PT é antigo e leu trechos do artigo “Era uma vez o PT”, de César Benjamin, um dos fundadores do partido, para endossar sua afirmação. O articulista afirma que o esquema de corrupção que agora está sendo descoberto pode ter sido exercitado nas administrações municipais do PT desde o começo da década passada.

Benjamin também diz não acreditar na inocência do presidente Lula, alegando que ele “sempre compartilhou da intimidade do grupo e foi o principal beneficiário de suas ações”, e que um esquema tão intrincado “precisa de forte apoio em altos escalões de governo”. O autor encerra dizendo que “há mais de dez anos o PT está morrendo”.

Efraim Morais, presidente da comissão parlamentar de inquérito que investiga as relações entre as casas de jogos e o crime organizado (CPI dos Bingos), anunciou também que, nesta quinta-feira, deverá ser ouvido o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz.

Virgílio: PT é dócil em relação a Delúbio e Sílvio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou estranhar o comportamento do PT em relação ao ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares e ao ex-secretário-geral Sílvio Pereira. Ele assinalou que os parlamentares e dirigentes do PT sempre manifestaram raiva e violência contra seus opositores e até contra correligionários.

– Mas, mesmo acusando o Sílvio Pereira e o Delúbio de serem os únicos culpados por tudo, eles são extremamente doces e dóceis com os dois. O presidente Lula deveria estar com raiva de quem o jogou na humilhação pública, mas não está. Tem algo de muito esqui-



ESTRANHEZA Para Virgílio, Lula "deveria estar com raiva de quem o jogou na humilhação, mas não está"

sito aí. Eles têm medo de que o Delúbio e o Sílvio falem.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu que Lula siga a orientação de Átila, o Huno, que escreveu que para governar bem basta premiar os bons e punir os maus. Heloísa Helena (PSOL-AL) espera que a sociedade esteja vigilante, “porque senão vai dar *pizza* mesmo”.



Documentos de quebra de sigilo começam a chegar à CPI dos Bingos

Waldomiro pede ao STF direito de não responder

O ex-subchefe da Casa Civil Waldomiro Diniz entrou com *habeas corpus*, com pedido de liminar, no Supremo Tribunal Federal (STF), reivindicando salvo-conduto para que fique a seu critério, ou de seus advogados, responder às perguntas durante depoimento, nesta quinta-feira, na CPI dos Bingos. O relator é o ministro Cezar Peluso, segundo informa a Secretaria de Comunicação Social do STF.

O depoimento de Waldomiro é o mais esperado desta semana na CPI dos Bingos, a que comparece para esclarecer seu envolvimento com o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira e com o processo de renovação do contrato da empresa Gtech com a Caixa

Econômica Federal.

Segundo o presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), o depoimento de Waldomiro é importante para que a comissão consiga caminhar para a elucidação das denúncias.

A partir desta semana, as reuniões das CPIs em funcionamento no Senado passam a começar sempre às 11h30. Hoje, a CPI dos Bingos toma os depoimentos do consultor Rogério Tadeu Buratti; do advogado Enrico Gianelli; e de José Luiz do Amaral Quintans, auditor da Caixa e ex-gerente nacional de loterias da estatal.

Amanhã, às 11h30, será a vez dos depoimentos dos sócios da MM Consultoria Jurídica e Administrativa, Marcelo Coelho Aguiar e Walter Santos Neto.



INFORMAÇÃO Senadores da CPI iniciam hoje tomada de depoimentos, que prossegue até quinta-feira, quando será ouvido Waldomiro Diniz

CPI recebe documentos sigilosos de Rogério Buratti

A CPI dos Bingos começou a receber os documentos relativos às primeiras quebras de sigilo bancário solicitadas ao Banco Central no dia 19 de julho. Na sexta-feira, a secretaria da CPI recebeu parte da documentação do sigilo de Rogério Tadeu Buratti, acusado por ex-dirigentes da Gtech – empresa que operava as loterias da Caixa Econômica Federal – de ter cobrado propina no valor de R\$ 6 milhões na renovação do contrato com a Caixa em abril de 2003. Os primeiros dados de Buratti são relativos ao Banco do Brasil e ao Itaú.

Na semana passada, o vice-presidente da CPI dos Bingos, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o relator, Garibaldi Al-

ves (PMDB-RN), e o senador Romeu Tuma (PFL-SP) foram até o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pedir pressa no envio de dados referentes à quebra de sigilo bancário solicitados pelo colegiado. Meirelles informou que a demora na entrega de toda a documentação se deve ao atraso dos bancos.

No decorrer desta semana, a secretaria da CPI dos Bingos espera receber novas quebras de sigilo bancário, com destaque para as de Waldomiro Diniz e de Carlinhos Cachoeira.

A CPI também deve receber, nesta ou na próxima semana, informações relativas a 17 outros pedidos de quebra de sigilo de pessoas e empresas.

Acordo pode assegurar votação da MP do mínimo

■ Relator da matéria, Ney Suassuna acolhe integralmente a proposta aprovada pelos deputados

Governo e oposição concordaram em votar hoje a medida provisória que aumentou de R\$ 260 para R\$ 300, no dia 1º de maio, o salário mínimo do país, informou Ney Suassuna (PB), relator da matéria e líder do PMDB no Senado. Dos partidos oposicionistas, o PSDB concordou em levar a matéria a votação, enquanto o PFL ainda vai decidir, em reunião da bancada, como agirá em Plenário.

Caso não seja votada até a meia-noite de amanhã, a medida provisória (MP 248/05) perderá eficácia e o assunto não poderá mais ser tratado em MP neste ano, segundo Suassuna. Ele concordou inteiramente com a proposta

original do governo, aprovada pelos deputados.

O relator lembrou que o governo concedeu reajuste de 15,35% ao salário mínimo, que, descontada a inflação anual de 6,35%, representa um aumento real de 8,05%. Informou ainda que, desde 1995, o mínimo teve aumentos acima da inflação que chegam a 35%. Em capitais como Fortaleza, Recife e Salvador, observou, os R\$ 300 equivalem a duas cestas básicas.

No país, 47,7 milhões de pessoas recebem salário mínimo, das quais 14,9 milhões são aposentados do INSS, disse Suassuna. Do total, 31,7 milhões são trabalhadores do mercado formal, enquanto 1,1 milhão estão desempregados, mas têm o valor do mínimo como base para seus trabalhos informais.

Estiagem

Caso os senadores votem a MP do salário mínimo, uma segunda medida provisória (MP 250/05) estará obstruindo

as votações, pois também foi assinada pelo presidente da República há mais de 45 dias. A MP 250/05 abriu crédito extraordinário de R\$ 30 milhões para o Ministério da Integração Nacional apoiar programas de ajuda a famílias de agricultores pobres atingidos pelas estiagens do início do ano no Rio Grande do Sul e Paraná. Cada família poderá receber R\$ 300.

Caso essa medida provisória também seja apreciada pelos senadores, a pauta de votações do Plenário estará liberada. Constam da ordem do dia de amanhã 11 proposições, entre elas dois projetos de lei da Câmara: o PLC 66/04, que restringe aos médicos a permissão para receitar medicamentos com substâncias anabolizantes; e o PLC 13/05, que proíbe o empregador de realizar descontos no salário do trabalhador doméstico, exceto adiantamento salarial e a contribuição previdenciária.

Eduardo explica rompimento com governador do Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) deu explicações, ao discursar ontem em Plenário, sobre o rompimento de seu partido com o atual governador do estado do Tocantins, Marcelo Miranda. De acordo com Eduardo, o governador, além de ter destinado vários cargos públicos a parentes – o que teria sido motivo para a revista *Veja* lhe conceder o título de campeão nacional do nepotismo –, perdeu o controle das finanças do estado, ultrapassando, inclusive, o limite de 40% com gastos de pessoal mantido em administrações anteriores.

– Ele perdeu o controle sobre o custeio do estado, diminuindo nossa capacidade de investimentos. Perdeu a classificação A do Tesouro Nacional, que fez do Tocantins um exemplo de gestão fiscal. Além disso, demitiu mais de 4 mil funcionários sem o menor critério e fez um concurso para o qual não chama os aprovados, mas contrata por livre nomeação os que obtiveram as piores classificações – lamentou o senador.

Eduardo criticou o fato de Marcelo Miranda ter viajado a

Paris com comitiva de 86 pessoas apenas para comemorar o Ano Brasil-França. Ao ficar preocupado com a publicação pela imprensa de sua ida à França, o governador, segundo Eduardo Siqueira Campos, teria procurado a Embaixada brasileira em Paris e tentado marcar, de última hora, um encontro com investidores, "na tentativa de justificar o passeio".

Ainda de acordo com o senador, o governador Marcelo Miranda, antes de viajar, teria feito afirmações falsas sobre o pagamento de dívidas, da ordem de R\$ 1 bilhão, deixadas pelo governo anterior de José Wilson Siqueira Campos.



REPROVAÇÃO Segundo Eduardo, Marcelo Miranda perdeu o controle sobre as finanças do estado



ESCOLHA Ministro Velloso conduzirá consulta sobre o desarmamento, a ser realizada em 23 de outubro

TSE sorteia ordem das respostas ao referendo

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, deverá realizar hoje o sorteio da ordem de colocação das opções "sim" e "não" na cédula e na urna eletrônica para o referendo sobre o desarmamento, a ser realizado em 23 de outubro. Será formulada a pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?"

Estarão presentes ao sorteio os presidentes das frentes parlamentares Por um Brasil Sem Armas, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e Pelo Direito da Legítima Defesa, deputado Alberto Fraga (PFL-DF).



Senado debate direito autoral de textos eletrônicos

O direito autoral, a propriedade intelectual e as publicações eletrônicas serão temas debatidos na quinta-feira, às 14h, no auditório do Interlegis, em evento com tradução simultânea, promovido pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado, pelo Centro de Informação e Pesquisa da Embaixada dos Estados Unidos e pela Biblioteca Demonstrativa de Brasília.

O encontro contará com a participação da diretora do Escritório de Registro de Direitos Autorais dos Estados Unidos, Marybeth Peters, e do advogado e professor da Universidade de São Paulo Guilherme Carboni. O moderador será o consultor legislativo do Senado João Bosco Bezerra Bonfim.

De acordo com os organizadores da iniciativa, o objetivo é discutir as publicações eletrônicas no momento em que os avanços das tecnologias digitais impõem novos desafios à legislação nacional e internacional sobre direitos autorais.

Marybeth é representante da Universidade George Washington, membro da Ordem dos Advogados de Colúmbia e autora do livro *The General Guide to the Copyright Act of 1976*.

Guilherme Carboni é coordenador de Direitos Autorais e Tecnologia da Informação, do Instituto de Direito do Comércio Internacional; coordenador da Comissão de Direitos Autorais da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual e autor do livro *O Direito de Autor na Multimídia*.

Viana defende prioridade para saneamento básico

Senador quer a aprovação imediata de plano elaborado para o setor, que tramita na Câmara dos Deputados

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu a aprovação imediata do Plano Nacional de Saneamento Básico. O projeto foi enviado à Câmara ainda na gestão do então ministro das Cidades, Olívio Dutra. Segundo o senador, “a matéria faz parte da agenda positiva do governo”.

Tião Viana frisou ainda que as medidas de incentivos ao saneamento básico deveriam ter prioridade “até sobre a proposta de reforma política”, referindo-se ao fato de a oposição ter condicionado o exame de qualquer outra matéria à votação da reforma política.

– Trata-se de matéria detalhada por sanitaristas de profundo conhecimento técnico. O Parlamento deveria aprovar a proposta com urgência – en-



Fotos: Roosevelt Pinheiro
ATTITUDE Tião Viana cobra compromisso dos parlamentares com a saúde da população

fatizou o senador.

Lembrando que, de cada tonelada de lixo produzido por dia no Brasil, 70% ficam expostos a sol aberto, Viana cobrou maior compromisso dos parlamentares com a saúde e com a resolução do déficit de saneamento no país.

– No Norte, apenas 42% da população recebe água potável em casa – afirmou, argumentando que o plano incorpora parte de projetos que tramitaram no Legislativo, mas não

foram aprovados. Ele ressaltou ainda a importância da proposta para a qualidade de vida da maioria da população brasileira.

Alzheimer

O senador também destacou projeto de sua autoria que institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer (PLS 255/05). A matéria tramita na Comissão de Educação (CE), onde aguarda designação de relator. A proposta visa estimular a participação de familiares e amigos nos cuidados dispensados aos portadores da doença.

“Não é exagero considerá-la uma das mais devastadoras doenças geriátricas”, afirma Viana. A doença compromete, de maneira irreversível, a capacidade de compreensão e de comunicação da pessoa. No Brasil, onde há cerca de 15 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade, 6% sofrem dessa moléstia, segundo a Associação Brasileira de Alzheimer (Abraz).

Augusto critica demarcação contínua de reserva indígena

“Um exemplo histórico e acintoso de desrespeito aos direitos humanos”, foi como o senador Augusto Botelho (PDT-RR) classificou a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol feita pelo governo brasileiro em Roraima. Ele disse ainda que o princípio da tripartição de poderes, garantia do cidadão contra arbitrariedades do Executivo, também foi outro direito fundamental “fulminado de morte pela irresponsabilidade do governo”.

Augusto lembrou que as comissões temporárias externas, criadas para examinar todos os aspectos que envolviam a reserva, apresentaram relatório

conclusivo no sentido de que a demarcação deveria ser descontinua, deixando de fora da reserva, dentre outras, as áreas já tituladas a 15 quilômetros ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela.

– O governo, desprezando a vontade desta Casa, demarcou de forma contínua a área. Tãmanha a afoiteza que o governo homologou a reserva sem ao menos esperar o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o mérito da questão. A demarcação contínua ofende, abertamente, a soberania nacional – frisou.

O senador disse ainda que a homologação contraria os



ERRO Decisão sobre Raposa Serra do Sol é um “desrespeito aos direitos humanos”, diz Augusto Botelho

interesses da maioria dos índios que habitam a região, que se ocupam da agricultura e já estão integrados à sociedade. Segundo Augusto Botelho, a população indígena local não quer ser privada dos confortos que a vida moderna proporciona, como a energia elétrica.



PROIBIÇÃO Para Luiz Otávio, o então governador do Pará Hélio Gueiros se opôs a experiências com arma atômica

Governador vetou testes atômicos, diz Luiz Otávio

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) disse que o então governador do Pará, Hélio Gueiros, impediu que fossem realizados testes atômicos na base da Força Aérea Brasileira (FAB) na serra do Cachimbo. A informação foi dada em pronunciamento ontem, ao comentar a entrevista exibida no domingo pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, na qual o ex-presidente da República e senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou que os militares queriam construir e testar uma arma atômica na região.

Segundo Luiz Otávio, o então governador Hélio Gueiros contou com o apoio de deputados, empresários e outras personalidades do estado para impedir que o teste fosse realizado.

– O buraco destinado a testes nucleares e armazenamento de lixo atômico lá construído foi, inclusive, lacrado – informou.

O senador também anunciou a presença de lideranças políticas paraenses em Brasília que deverão se reunir com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, e com o presidente do Congresso, Renan Calheiros, para tratar, entre outros assuntos, da divisão territorial do Pará. Ele cobrou ainda do governo federal a liberação de recursos orçamentários para a construção de eclusas de navegação no rio Tucuruí e para a pavimentação da BR-163.

Manual do Vereador já pode ser acessado no portal do Interlegis

O programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – divulga em seu portal, desde a semana passada, o *Manual do Vereador*. Com 128 páginas, o texto apresenta, entre seus tópicos, orientações

sobre a organização de um município e o processo legislativo municipal, além do texto integral da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo informou a diretora do portal Interlegis, Mônica

Monteiro, o manual foi lançado no segundo bimestre deste ano e é uma reedição atualizada de *O Papel do Vereador*, publicado em 2004. Mônica explicou que foi feita uma tiragem pequena da publicação,

destinada especialmente a distribuição durante os seminários regionais e nacionais do programa Interlegis.

A idéia de tornar o manual disponível no portal do Interlegis, acrescentou a diretora,

nasceu da intensa procura que a obra despertou em todo o país. No portal, observou, as pessoas têm acesso fácil ao texto, podem imprimir-lo ou apenas ler o que lhes interessa.